

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA LITERATURA BRASILEIRA

Carlos Magno Gomes¹
Maria Juliana De Jesus Santos²

Este texto traz uma proposta interdisciplinar do ensino de leitura literária a partir da contribuição dos estudos de gênero, valorizando a formação do leitor cidadão. Tal prática é heterogênea e interdisciplinar por explorar diferentes abordagens do texto literário em diálogo com as tensões familiares da sociedade brasileira. Nosso parâmetro pedagógico passa pela valorização dos direitos humanos e pela recusa da opressão e do preconceito contra a mulher. Assim, enfatizamos a construção de um modelo de leitura que dá destaque aos estudos de gênero e à problemática da violência doméstica.

Pedagogicamente, dividimos este trabalho em duas etapas, que descrevem a proposta teórica do projeto em andamento sobre o estudo da violência doméstica no conto brasileiro. Na primeira, enfatizamos a formação do leitor crítico a partir dos estudos de gênero; na segunda, apresentamos um modelo de leitura que analisa as representações da violência doméstica nos contos a partir das propostas legislativas da Lei Maria da Penha. Metodologicamente, enfatizamos os estudos sobre leitura propostos por Regina Zilberman e as abordagens sociológicas sobre a violência doméstica no Brasil segundo os estudos de Lia Zanotta Machado.

Nos últimos anos, os estudos literários têm se aproximado das questões identitárias e culturais próprias dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero. Esse diálogo é profícuo e tem se mostrado eficiente quando se pensa em novas abordagens pedagógicas para o ensino de leitura literária. A relevância desses estudos é fundamental para o questionamento da opressão e das diferentes formas de violência que a mulher ainda sofre nos dias de hoje. Seguindo essa trilha, discutimos a recepção de textos literários a partir de uma perspectiva de gênero que viabiliza a construção de diferentes intertextualidades na forma como o conto contemporâneo representa a violência doméstica.

Vale destacar que ainda há muita violência contra a mulher na sociedade brasileira. Alguns dados descrevem que cerca de cinco mulheres são agredidas a cada minuto no Brasil. Com o objetivo de mudar esse quadro, a Lei Maria da Penha, Lei 11.340, de 2006, cria mecanismos de coibição da

¹Prof. do Departamento de Letras de Itabaiana (DLI/UFS). Doutor em Literatura pela UnB (2004), com pós-doutorado pela UFMG (2013). Pesquisador do GEPIADDE/CNPq. Email: calmag@bol.com.br

²Graduanda em Letras Português (DLI/UFS). Bolsista de IC da UFS. Email: juliana.j.santos@hotmail.com



violência doméstica contra a mulher (BRASIL, 2006). Essa lei faz uma homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia, que lutou para conseguir a prisão do ex-marido, Marcos Antônio Herredia, que tentou matá-la duas vezes, deixando-a paraplégica.

A partir dessa Lei, o Estado passou a condenar toda forma de violência doméstica, procurando amparar as vítimas e garantindo-lhe segurança, saúde, alimentação e cultura. Desse modo, o governo promove assistência social para as mulheres e seus filhos vítimas da violência, assegurando alguns princípios como apoio psicológico, espaço provisório para a família da mulher agredida se refugiar, entre outras estratégias. Além dessas iniciativas, há diversas campanhas publicitárias que divulgam os direitos da mulher e lutam pelo fim da violência contra a mulher. Pensando nessa proposta, temos a preocupação de levar as conquistas dessa lei para o espaço da sala de aula a fim de promover o debate e a reflexão sobre as causas e consequências da violência doméstica no Brasil.

Assim, propomos a prática de leitura literária a partir das questões de gênero e do direito da mulher. Nosso objetivo é explorar textos literários que tragam as marcas da violência doméstica como opção de formação de novos(as) leitores(as) críticos (as). Para isso, defendemos a importância da formação de um/a *leitor(a)*, pois tanto as questões estéticas como as sociais farão parte deste método. O conceito de leitor(a) é explorado por meio da recepção cultural, privilegiando o ato de ler como um exercício de comparações artísticas e ideológicas.

Esta proposta privilegia a prática interdisciplinar de leitura literária, na qual o/a leitor(a) articula a produção cultural de diferentes épocas por um olhar atual, reatualizando seus significados por meio do acesso ao conhecimento e a sua agudeza do poder de crítica (ZILBERMAN; SILVA, 2005, p. 112-3). Com isso, destacamos a importância da agudeza crítica na formação do/a leitor(a) a partir das teorias de gênero que questionam os diferentes tipos de violência doméstica.

Nessa direção, a Lei Maria da Penha pode ser vista como um novo horizonte cultural e serve também como instrumento de democratização da dignidade da mulher que se opõe a tudo que é inescrupuloso como chantagem, assédio moral, violência física e simbólica. Todas essas formas de violência devem ser banidas da moderna sociedade brasileira e como uma proposta democrática de questionamento dessa situação, o ensino de literatura deve também incluir tais preocupações como parte da pedagogia inclusiva. O espaço da escola mostra-se ideal para uma reflexão sobre conceitos de ética, moral e liberdade que envolvem o desejo de liberdade da mulher. De forma surpreendente, diversas pesquisas apontam que o controle do poder e a defesa da honra estão entre os motivos da violência contra a mulher, pois “em nome do controle, do poder e dos ciúmes, os atos tendem a ser de violência cotidiana e crônica física, psíquica. Podem e desencadeiam em morte” (MACHADO, 2010, p. 57).

Seguindo tais reflexões, procuraremos construir um modelo de leitura ideologicamente marcado pela valorização dos direitos humanos, visto que precisamos nos mover pelos diferentes lugares de significação para “evidenciar possíveis articulações entre os textos, revendo suas posturas frente ao caminho e à orientação da leitura” (ZILBERMAN; SILVA, 2005, p. 111). Além da ampliação do debate em torno das diferenças sociais, devemos estar preocupados em como o leitor está sendo formado criticamente, uma vez que “a leitura crítica é condição para a educação libertadora, é condição para a verdadeira ação cultural que deve ser implementada nas escolas” (SILVA, 2005, p. 79).

Nesta proposta, questiona-se a violência doméstica no processo de leitura, pois levamos em conta o/a leitor/a passa a ser um/a coautor/a dos sentidos do texto e “pode intervir, invadir o que lhe estava vetado” (ZILBERMAN, 2001, p.103). Com isso, valorizamos o debate sobre as questões de gênero e as diferentes formas de violência como um desafio social. Portanto, esperamos que o processo de leitura seja transformado em instrumento de conscientização e libertação dos leitores (ZILBERMAN; SILVA, 2005, p. 115).

Essa proposta de revisão busca alargar a fronteira textual pela politização do leitor que passa a valorizar as tensões de gênero e passa a se preocupar com o outro e com as alteridades em jogo, pois “a leitura favorece o mergulho de um sujeito no interior da identidade do outro, amalgamando-os, durante seu decorrer, num único ser” (ZILBERMAN, 2001, p. 50). Assim, as questões de gênero ampliam o debate em torno dos modelos de leitura quando pensamos nas subjetividades das identidades de gênero e no repúdio à violência contra a mulher. Por isso, o processo de leitura deve estar voltado para explorar a capacidade de o/a leitor/a fazer intervenções sociais, uma vez que “a leitura crítica é condição para a educação libertadora, é condição para a verdadeira ação cultural que deve ser implementada nas escolas” (SILVA, 2005, p. 79).

Na atualidade, os motivos que levam um homem a cometer violência doméstica continuam sendo marcados pela perda de controle quando um homem é rejeitado. A violência doméstica nos preocupa por ser o agressor um parceiro com o qual a mulher mantém ou manteve alguma estabilidade afetiva. No Brasil, estatisticamente, quase 77% dos assassinatos de mulheres são cometidos por homens abandonados. Para piorar esse quadro, na grande maioria das vezes, tal crime é antecedido por agressões físicas e sexuais.

Portanto, podemos dizer que o problema da violência é uma epidemia social e como tal deve ser combatido, visto que é sustentado por uma cultura machista ancestral. Tal pesadelo ainda está longe de ser extirpado da sociedade brasileira, pois se trata de uma construção social atávica que aprisiona as identidades masculinas e femininas à referenciais sociais normatizadores. No Brasil, a

luta contra essa normatização machista passou a ter uma face mais politizada com a luta pelo respeito aos direitos da mulher, durante a Ditadura Militar (DUARTE, 2007, p. 132).

Na literatura brasileira, há diversos registros de violência contra a mulher associados aos comportamentos próprios de uma sociedade patriarcal tradicional. De diferentes formas, a postura do agressor é representada como parte de uma cultura dominante, por isso incorporada aos padrões sociais disciplinadores. Desde o século XIX, a literatura registra tanto as sutilezas, como o horror da violência física e simbólica que sustentam a dominação masculina. Do término do casamento ao assassinato brutal da mulher, a honra do macho dá sustentação a essa barbárie tanto no plano social como ficcional.

Na sociedade brasileira, durante muito tempo, essa questão foi aceita como algo comum ao cotidiano da família. Como dizia o ditado, “em briga de marido e mulher, não se meter a colher”. Por exemplo, em casos de violência doméstica, o agressor não consegue fazer uma autoavaliação de sua postura dominadora. Para ele, agredir a mulher é proteger sua família. Diante desse quadro de emergência, o enfrentamento da violência no Brasil deve se voltar para esses crimes que acontecem no espaço da casa, pois deve “enfrentar as violências relacionais entre gênero e intragêneros que vêm de uma longa duração” (MACHADO, 2010, p. 69).

No campo literário, a luta por mudanças de paradigmas estéticos e ideológicos sempre fez parte da luta das feministas brasileiras. Constância Lima Duarte destaca que as reivindicações femininas contra a violência física e simbólica sempre esteve na pauta política do feminismo. Essa pesquisadora destaca quatro momentos históricos da relação da mulher e um projeto intelectual feminista no nosso país. No primeiro, Duarte destaca a produção pioneira de Nísia Floresta sobre os direitos das mulheres. No segundo, a partir de 1870, há um grande número de jornais e revistas voltados para o público feminino. O terceiro começa com a mobilização da mulher pelo voto no início do século XX e atravessa todo modernismo. O quarto é a mais radical, pois altera os costumes familiares com o controle da maternidade a partir da década de setenta (DUARTE, 2007, p. 131).

Nos textos da literatura brasileira, a opressão feminina sempre foi denunciada pelas escritoras de forma mais incisiva no decorrer do século XX. Em *O quinze* (1930), Rachel de Queiroz narra a história de Conceição, que busca se libertar da opressão do casamento, ao rejeitar o destino de mulher. A violência doméstica fica registrada na forma como as trabalhadoras da Fazenda são exploradas sexualmente por Vicente. Em 1944, Clarice Lispector irrompe com os romances tradicionais ao lançar *Perto do coração selvagem*, obra que descreve uma protagonista que não aceita o padrão. Na ficção de Lispector, a violência simbólica ganha destaque e suas personagens tentam fugir de todos os tipos de controle. Por sua vez, Lygia Fagundes Telles lança *Ciranda de Pedra* (1954), obra que re-

trata um patriarca castrador que expulsa a esposa louca de casa e impõe um padrão de comportamento para todos na família. A violência em jogo é a simbólica que tentar aprisionar a mulher às fronteiras da ordem e da opressão, todavia na narrativa de Telles, suas personagens estão sempre em busca de algo fora de si, como acontece com Virgínia nesse primeiro romance.

Retomando o espaço da opressão no espaço da casa, a violência doméstica passa a ser explorada por um lugar mais engajado na ficção a partir dos anos 60. A luta da mulher para se libertar do seu destino imposto, o casamento, faz parte das abordagens ideológicas da ficção de Clarice Lispector nos contos de *Laços de família* (1960). Nessa obra, a mulher tenta abandonar desesperadamente o espaço da casa para vivenciar sua liberdade, no entanto, ainda não encontra saída. Em *Verão no aquário* (1963), Lygia Fagundes Telles experimenta uma narrativa de mulheres ilhadas por serem independentes. Raíza, a protagonista, abandona um relacionamento com um homem casado para viver seu amadurecimento interno. Nessa década, a violência continua sendo a simbólica.

Todavia, nas décadas de 70/80, com a emancipação feminina na sociedade brasileira, a mulher ganha novos espaços na sociedade e, na ficção brasileira, passa a ser representada com os desafios da vida fora da família. Esse tema tem diferentes versões no imaginário da literatura contemporânea. Na década de 70, com a divulgação do feminismo entre as intelectuais brasileiras, a violência contra a mulher passa a ser incorporada como tema da literatura de autoria feminina. Apesar de não ser uma abordagem comum a todas às escritoras, tal violência ganha mais visibilidade e passa a ser encarada como parte da cultura dominante. Lygia Fagundes Telles relata com precisão a violência contra a mulher em “Venha ver o pôr do sol” (1970), quando descreve um ex-namorado vingativo, que não aceita o fim do relacionamento, aprisiona a mulher em um cemitério abandonado. Nesta mesma década, Clarice Lispector registra a violência doméstica com ironia em “A língua do p” (1974). Esse conto retrata a violência contra a mulher com a descrição do assédio sexual e da referência ao estupro e ao assassinato da mulher vítima de violência.

Assim, esse conto de Clarice Lispector vai além de descrever uma vítima do crime sexual, pois faz referência à dupla violência que as mulheres sofrem quando são estupradas: a do criminoso e a da polícia que não investiga adequadamente esse tipo de crime, quando responsabiliza a mulher por atentado ao pudor. Assim, a violência contra a mulher vai além do assassinato, pois passa também pela invisibilidade que esses casos sofrem nas delegacias, espaço predominante masculino, no qual o corpo feminino sofre novo controle e punição de um corpo disciplinado por “esquemas predefinidos, coercitivos e repressores” (XAVIER, 2007, p. 59).

Nessa linha de reflexão, Marina Colasanti questiona a opressão feminina, em “Moça tecelã” (1978), por meio de uma paródia da relação controladora do patriarca. Nesse conto, o homem nasce

do desejo de a mulher ter um marido. Todavia, após realizar seu sonho, a tecelã passa a ser explorada e escravizada pelo marido, que lhe priva o direito de expressão e de liberdade e a mantém em cárcere privado. A tecelã fica presa o dia todo produzindo o que mais interessa ao homem: bens e riquezas. Como saída, a mulher desfaz o marido e o sistema opressor para viver em liberdade. Tal opção estética é sustentada por um ponto de vista feminista e traz uma crítica, que se opõe a uma visão comum às sociedades patriarcais na qual o corpo da mulher é desvalorizado, pois é visto com desprezo (XAVIER, 2007, p. 132).

Em comum, essas escritoras, Lispector, Telles e Colasanti, questionam as regras de dominação e submissão da mulher ressaltadas pelas instituições sociais Família, Igreja, Escola e Estado. Suas obras sugerem que a submissão feminina é uma construção cultural padronizada e que deve ser questionada como tal. Além dos discursos institucionais, o machismo, no caso brasileiro, continua sendo um fantasma para as mulheres que buscam sua liberdade de homens escravizados pela fantasia de dominador. A violência doméstica nasce desses diferentes desajustes sociais e da cultura patriarcal ocidental, que tenta rebaixar o corpo da mulher, desvalorizando-o e desprezando-o.

Dentro desse pequeno panorama levando aqui sobre a violência doméstica na literatura brasileira, identificamos dois tipos de violência: a simbólica e a física. A primeira está presente no cotidiano de personagens própria do casamento tradicional, como as descritas nos contos de Lispector, Telles e Colasanti. Nessas narrativas, há a opressão, o controle e, por vezes, a humilhação da mulher para que essa não se liberte da submissão ao marido. A segunda descreve a violência física e sexual, presente nas narrativas de escritoras afro-brasileiras contemporâneas, que, a partir de uma perspectiva étnica, de classe e feminista estão realizando “releituras da violência, expondo sem melindres personagens-chagas do cotidiano feminino” (DUARTE, 2010, p. 229).

Esse segundo tipo de violência doméstica é descrita por meio da degradação humana, pois são impostas duras penas sociais e físicas para as mulheres que rompem com os paradigmas sociais. Muitas escritoras optam por formas narrativas que se aproximam dos depoimentos testemunhais, por isso são textos que incomodam pela estupidez da violência. Portanto, ao levar em conta a tríade: gênero, classe e etnia, muitas escritoras contemporâneas propõem uma releitura da violência doméstica sem máscaras, nem disfarces. Tal forma de produzir literatura é, ao mesmo tempo, projeto político e social, testemunho e ficção, e inscreve-se como uma legítima história da luta das mulheres contra as diferentes formas de violência (DUARTE, 2010, p. 233). Daí, constatamos que tanto as narrativas que ressaltam a violência simbólica, como as que partem para o realismo das agressões físicas têm um ponto em comum o questionamento da normatização da violência como parte do cotidiano familiar.

Então, ao fazer uma leitura motivada pela Lei Maria da Penha, observamos as possibilidades de questionamento sobre as diversas formas de violência contra as mulheres e as novas possibilidades das identidades de gênero. Com isso, podemos fazer um paralelo com nossa sociedade, na qual alguns homens ainda perdem a razão quando são rejeitados por uma mulher. Isso acontece quando não reconhecem as escolhas, a liberdade e a independência das mulheres como parte dos direitos humanos e do respeito à liberdade do livre arbítrio.

Como visto, a formação de um leitor preocupado com as questões de gênero faz parte de uma proposta estético-cultural de leitura contra o preconceito, opressão e violência contra a mulher, ainda presentes na sociedade brasileira. Mesmo na atualidade, com tantos direitos conquistados, as mulheres ainda são vítimas da irracionalidade dos homens que deixam seus instintos animais transparecerem em momentos de delírios e alucinações. Tal estado de ira, por vezes, é suficiente para pôr fim à vida de sua companheira, como constantemente narrado no noticiário brasileiro.

Na contracorrente desse quadro de violência, a Lei Maria da Penha pode ser vista como um novo horizonte cultural e serve também como instrumento de democratização da dignidade da mulher que rejeita os delitos masculinos como chantagem, assédio moral, violência física e simbólica para viver sua liberdade em plenitude. Nesse sentido, a formação crítica do/a leitor/a surge como uma opção contra essa barbárie que deve ser banida da sociedade brasileira não só pelo controle e vigilância do Estado, mas também por meio de campanhas educativas. Nessa conjuntura, nossa proposta pedagógica explora o caráter educativo e preventivo dessa Lei, promovendo uma prática educacional de leitura que questiona e repudia todas as formas de agressão contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 07.08.2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Lex – Coletânea de Legislação e Jurisprudência: edição federal.

DUARTE, Constância Lima. Pequena história do feminismo no Brasil. In CARDOSO, Ana Leal; GOMES, Carlos Magno. **Do imaginário às representações na literatura**. São Cristóvão: Ed UFS, 2007.

DUARTE, Constância Lima. Gênero e violência na literatura afro-brasileira. In DUARTE, Constância Lima et alli. **Falas do outro: literatura, gênero, identidade**. Belo Horizonte: Nandyala. 2010, p. 229-234.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

SILVA, Ezequiel Theodoro Da. **O ato de ler: Fundamentos Psicológicos Para Uma Nova Pedagogia da Leitura**. São Paulo, Cortez, 2005.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino**. Florianópolis: Ed. Brasil, 2007.

ZILBERMAN, Regina. **Fim do livro, fim dos leitor(a)es?** São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. Leitura: por que a interdisciplinaridade? In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da (organizadores). **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2005.

